

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: g0pyn47v <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 10/07/2013 Indicação nº 1984/2013 Protocolo nº 4487/2013</p>
<p><b>Autor:</b> Dep. Gilmar Fabris</p>	

**Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Silval da Cunha Barbosa, com cópias ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Casa Civil Dr. Pedro Jamil Nadaf, ao Exmo. Secretário de Estado de Educação (SEDUC) Senhor Ságuas Moraes Souza e ao Exmo. Secretário de Estado de Administração (SAD) Dr. Francisco Anis Faiad, a análise e atendimento, dentro das possibilidades administrativas e financeiras do Estado, da pauta de reivindicação expedida pelo SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Público de Mato Grosso, devidamente protocolizada junto à SEDUC, sob o nº 95949/2012 (anexo).**

Com fulcro no art. 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, o encaminhamento de expediente Indicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Silval da Cunha Barbosa, com cópias ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Casa Civil Dr. Pedro Jamil Nadaf, ao Exmo. Secretário de Estado de Educação (SEDUC) Senhor Ságuas Moraes Souza e ao Exmo. Secretário de Estado de Administração (SAD) Dr. Francisco Anis Faiad, mostrando a necessidade de se proceder à análise e atendimento, dentro das possibilidades administrativas e financeiras do Estado, da pauta de reivindicação expedida pelo SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Público de Mato Grosso, devidamente protocolizada junto à SEDUC, sob o nº 95949/2012 (anexo).

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 25 de Março de 2013

**Gilmar Fabris**  
Deputado Estadual

## **JUSTIFICATIVA**

Diante da luta incansável dos trabalhadores do ensino do Estado de Mato Grosso, por educação pública de qualidade com valorização profissional e da deliberação de uma pauta de reivindicações, esta Casa de Leis não poderia se eximir de encaminhá-las ao Governo do Estado para análise e atendimento, dentro das suas possibilidades administrativas e financeiras.

A referida pauta versa sobre valorização profissional, questões administrativas e previdenciárias, questões educacionais, qualidade na educação e debate dos resultados de aprendizagem do “Prova Brasil”!

Nos últimos anos, muito foi realizado em favor do ensino público, mas é preciso mais para superar as dificuldades existentes que se arrastam por décadas.

Diante disso, aguardo a aprovação de presente Indicação Legislativa pelos meus pares nesta Casa de Leis, bem como conto com a sensibilidade do Governo Estadual para acolhimento de tão justas reivindicações.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 25 de Março de 2013

**Gilmar Fabris**  
Deputado Estadual